



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

TAINÁ CAROLINA DE GODOY CIONI

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: EDUCAÇÃO COOPERATIVA

**Assis/SP
2019**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

TAINÁ CAROLINA DE GODOY CIONI

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

Orientadora: Tainá Carolina De Godoy Cioni

Orientador: Marcelo Manfio

**Assis/SP
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

CIONI, Tainá Carolina de Godoy.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: EDUCAÇÃO COOPERATIVA/ Tainá Carolina de Godoy Cioni. Fundação Educacional do Município de Assis –FEMA – Assis, 2019.
34 páginas.

1. Cooperativismo. 2. Crédito

CDD: 658
Biblioteca da FEMA

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: EDUCAÇÃO COOPERATIVA

TAINÁ CAROLINA DE GODOY CIONI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Professor Marcelo Manfio

Examinador: Professor Mestre Isaias Feliciano Augusto

DEDICATÓRIA

Dedico essa monografia, aos meus pais que me formaram como pessoa e sempre sonharam com a minha graduação, também a todos meus familiares que torcem calorosamente por mim. Existiram momentos de mudanças e dificuldades pessoais inesperadas juntamente ao desenvolvimento do trabalho, que foram superadas graças ao apoio desses mesmos. É maravilhoso ver quem te ama sonhar o seu sonho...

Obrigada Família!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força concedida para a conclusão do trabalho e pela benção de estar graduando.

Grata também aos meus amigos, alunos como eu, por sempre nos apoiarmos para ajudar um ao outro.

Agradeço meus professores, verdadeiros mestres que, assim como capitães, me direcionaram no caminho da aprendizagem e amor a profissão que eu escolhi.

Obrigada aos princípios cooperativistas que foram a inspiração do meu trabalho, agradeço ao Sicredi por ser a minha faculdade profissional, que só tem me agregado valores.

Dentro de cada grupo social prevalece um sentimento de solidariedade, uma necessidade imperiosa de trabalhar em conjunto e gostar de fazê-lo, o que representa um alto valor moral. – Christian Lous Lange.

RESUMO

O movimento cooperativo moderno surgiu durante o século XVIII e foi impulsionado por diferentes correntes teóricas. Neste trabalho, é feita uma breve retrospectiva sobre a evolução do movimento cooperativo no Brasil. Das primeiras cooperativas fundadas por imigrantes europeus, a legislação desempenhou um papel fundamental e, dependendo do período, estimulou ou reprimiu o movimento. Nas duas últimas décadas do século XX, emerge a última grande tendência: a cooperação solidária como uma possível solução para segmentos socialmente menos favorecidos da população. Contudo, apesar do crescimento desse tipo de associação, ainda há pouca informação por parte da grande população, e a falta de informação sobre o assunto faz com que, mesmo estando presente em todo o território nacional, ainda é pequena sua participação quando comparada bancos convencionais. Sendo assim a necessidade de aprender mais sobre o tema se faz necessária. Para que o trabalho tenha um viés dinâmico e assertivo às pessoas que buscam esse tipo política de crédito, realizou-se exibição por meio de balanços apresentados por umas das maiores cooperativas de crédito do país, e uma das mais reconhecidas no setor na nossa região, o Sicredi.

Palavras-chave: Cooperativa. Crédito. Economia Solidária.

ABSTRACT

The modern cooperative movement emerged during the eighteenth century and was driven by different theoretical currents. In this article, a brief retrospective is given on the evolution of the cooperative movement in Brazil. Of the first cooperatives founded by European immigrants, legislation played a key role and, depending on the period, stimulated or repressed the movement. In the last two decades of the twentieth century, the last great trend emerges: solidarity cooperation as a possible solution for socially disadvantaged segments of the population. However, despite the growth of this type of association, there is still little information on the part of the large population, and the lack of information on the subject means that, even though it is present throughout the national territory, its participation is still small when compared to conventional banks. So the need to learn more about the subject becomes necessary. In order for the work to have a dynamic and assertive bias towards people seeking this type of credit policy, a survey was conducted through balance sheets presented by one of the largest credit unions in the country, and one of the most recognized in the sector in our region, the Sicredi.

Keywords: Cooperativa. Credit. Solidarity Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Analise Swot Cooperativa de Crédito.....	19
Figura 2: Organograma do Sistema Sicredi.....	24
Figura 3: Comparativo de Crescimento Sicredi 2015 à 2017.....	31

Lista de tabelas

Tabela 1: Comparação de taxas do Sicredi com três bancos de mercado com maior número de correntistas.....	23
---	----

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
2.COOPERATIVA DE CRÉDITO.....	13
2.1.MODELOS HISTÓRICOS.....	14
2.2.OS REFLEXOS DO MOVIMENTO EUROPEU NO BRASIL	15
3.DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL	18
3.1.O IMPULSO PARA COOPERATIVAS DE CRÉDITO	19
4.TIPOS DE COOPERATIVA DE CRÉDITO	23
5.COOPERATIVA SICREDI	26
5.1.VANTAGENS DE SER UM ASSOCIADO.....	29
5.2.RISCO DE CRÉDITO	30
5.3.POLÍTICA DE CRÉDITO	31
5.4.SICRED EM NÚMEROS.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

Cooperativas de crédito são entidades sem fins lucrativos operadas por suas afiliadas, cujo objetivo principal é promover a economia de seus membros, serviços de intermediação financeira em benefício de seus membros e prestar outros serviços baseados nos princípios de liberdade, igualdade, participação e solidariedade focada em seus associados.

As cooperativas em sua atividade econômica promovem o desenvolvimento de pessoas que buscam satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais; para que surjam como resultado da busca por melhores condições para alguns setores das classes média e baixa, para os quais não há possibilidade de obter alternativas de alavancagem.

No Brasil, as cooperativas de crédito prestaram serviços financeiros a setores não atendidos por grandes instituições financeiras, o que permitiu que pessoas pertencentes à população média e baixa da Brasil tivessem acesso a mecanismos de poupança, crédito e financiamento. As cooperativas de crédito oferecem em seu portfólio investimento, seguro, planos de educação, planos de crédito, recreação, entre outros; o que permitiu que este setor estivesse em crescimento contínuo.

Entretanto, embora atualmente as cooperativas de crédito tenham número crescente de associados, teve que enfrentar diversas crises e incertezas desde a sua criação, que produziu grandes perdas para este setor.

De acordo com o exposto, a pesquisa tem o objetivo de demonstrar, por meio de uma pesquisa exploratória e descritiva, o crescimento desse setor na perspectiva dos serviços oferecidos e adicionalmente, os indicadores financeiros utilizados por aquela que é considerada primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, o Sicredi, para a avaliação do desempenho da instituição, por meio dos seus relatórios anuais.

2. COOPERATIVA DE CRÉDITO

Qualquer movimento socioeconômico importante é apoiado por um modelo definido, que por sua vez é baseado em princípios e valores construídos em um processo de interações sociais que, em muitos casos doutrinárias, se consolidaram. O movimento cooperativo não é exceção. Na verdade, o que atualmente suporta o sistema cooperativo (a base do sistema de solidariedade brasileiro) é precisamente o que historicamente tem esbanjado mais identidade e orgulho e permitiu-lhe ficar no meio de vicissitudes e as crises que os outros sistemas com os quais convive geram.

Cooperativismo é um sistema econômico social, autogerido em bases democráticas, operacionalizando através de ajuda mútua, que se destina à satisfação das necessidades econômicas e à promoção moral dos membros a ele integrados (CRUZ, 2002, p.49).

As Cooperativas de crédito são organizações sem fins lucrativos criadas para servir seus membros. Como os bancos, as cooperativas de crédito aceitam depósitos, concedem empréstimos e oferecem uma ampla variedade de outros serviços financeiros. As cooperativas de crédito são de propriedade e controladas por pessoas ou parceiros que usam seus serviços. Seu voto conta. Os parceiros elegem um conselho para administrar a cooperativa de crédito. As cooperativas de crédito agem para promover o bem-estar de seus membros. Os lucros auferidos pelas cooperativas de crédito retornam aos seus parceiros na forma de taxas reduzidas, taxas de poupança mais altas e taxas de empréstimo mais baixas. Os membros de uma cooperativa de crédito compartilham um título comum, também chamado de participação. A pessoa pode se associar dependendo do seu empregador, família, localização geográfica ou filiação em um grupo (SCHARDONG, 2003).

Os modelos adotados pelas cooperativas são concebidos a partir de uma aliança estratégica entre referente e emulador, que traz benefícios, desde que as trocas sejam realizadas de forma transparente e com equidade para as partes envolvidas no ato. Fazer alianças com outras cooperativas que possuem experiências significativas ou que tenham obtido reconhecida importância no setor, e depois transformar, adaptar e aplicar de acordo com necessidades particulares, é uma constante observada entre as cooperativas participantes da pesquisa (FONSECA et al., 2008)

As cooperativas são compostas de fundos, fatores bastante importantes para o desenvolvimento de sua atividade. Esses fatores em uma cooperativa são uma discriminação de recursos, com os quais ela tem que estabelecer um melhor controle e supervisão de suas aplicações, a fim de contribuir para o cumprimento dos objetivos para os quais eles foram criados. Nos fundos, a apropriação do superávit de cada operação anterior é registrada e o aumento através de novas contribuições dos associados ou dos programas com os quais eles têm que obter recursos, desde que estejam de acordo com os regulamentos do fundo (FONSECA et al., 2008).

Cooperativismo é um sistema econômico social, autogerido em bases democráticas, operacionalizando através de ajuda mútua, que se destina à satisfação das necessidades econômicas e à promoção moral dos membros a ele integrados. (CRUZ, 2002, p.49)

Ainda de acordo com Singer e Souza (2003), o cooperativismo, também chamado de economia solidária, surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, pelos que se encontram à margem do mercado de trabalho. Considera-se que a auto-gestão de uma empresa solidária é, ou deveria ser totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores, e em segundo, porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados.

Para uma cooperativa, a medida de lucratividade deve se concentrar nos benefícios recebidos por cada membro. Assim, a análise dos resultados afirma nestes focos dois aspectos: a geração de superávits suficientes para criar um depósito que garanta a existência de cada cooperativa e a maximização de benefícios, não apenas no nível de associados, mas também de natureza social (SCHARDONG, 2003).

É assim que essas trocas e acordos nos permitem estender boas práticas e estabelecer parâmetros de controle de risco, quando o processo de integração é forte e tecnicamente orientado (PINHEIRO, 2008).

2.1. Modelos Históricos

A primeira ação de cooperação que se ouviu falar foi em Rochdale na Inglaterra em 1844, envolvendo operários que criaram uma cooperativa de consumo. Naquele tempo

com a Revolução Industrial metade dos tecelões de Rochdale, Lancashire e Inglaterra estavam designadas a pobreza, contudo alguns desses decidiram abrir uma loja de itens alimentícios. Depois de várias tentativas fracassadas pela dificuldade do poder de compra inicial dos alimentos iniciaram a cooperação (PINHO, 2004).

Projetaram o famoso princípio de Rochdale que durante o período de quatro meses eles se forçaram a unir 1 Pounds (Uma Libra) por pessoa, coletando ao final 28 Pounds de capital. Assim deram início ao negócio, seguindo a mesma mentalidade de captação esse movimento Britânico alcançou em dez anos o número de mil cooperativas (CRUZ, 2002).

Já o cooperativismo de crédito rural surgiu com o renomado Friedrich Wilhelm Raiffeisen, Raiffeisen foi uma criança e adolescente notável, com grande habilidade em matemática, grande desempenho em literatura, música, línguas estrangeiras, e uma sólida formação ética e moral (PINHO, 2004).

Nascido e criado em Hamm na Alemanha, em um ambiente rural de terras montanhosas e pobre economicamente, a produção daquela região baseava-se em cultivo de batatas, aveia e cevada. Os produtores locais tinham suas terras empenhadas como garantia por agiotas impiedosos, que cobravam juros abusivos, dinheiro esse que ajudava o produtor quanto tempo não ajudava e as colheitas iam mal.

Aos vinte anos Friedrich já ocupava ótimo posto na carreira militar, mas abandonou a mesma por não concordar com a visão. E aos vinte sete se tornou Prefeito de Weyerbusch próximo a sua cidade natal. Os mesmos problemas aquela região sofria, assim criou a Associação de Ajuda aos Agricultores Pobres, ganhou cada vez maiores centros para administrar como executivo e desenvolver suas ações a sociedade de produtores (PINHO, 2004).

Criou em 1864 a Associação Caixa de Crédito de Heddesdorf considerada a primeira cooperativa de crédito rural do mundo. Logo após está, foi criadas inúmeras na Alemanha, que fez com que os produtores não dependessem dos recursos de agiotas.

Era tão visionário que os princípios utilizados na época para ingresso nas cooperativas são utilizados atualmente.

2.2. Os Reflexos Do Movimento Europeu No Brasil

Após a independência do Brasil, a política imperial de ocupação de áreas vazias do sul do Brasil, que tornou possível a partir da primeira metade da experiência utópica

século XIX chegou ao Brasil através de imigrantes europeus. Com uma consciência de grupo social e "fugiu" de seus países por problemas econômicos do desemprego e da falta de terra, trouxe a experiência da agricultura familiar, um fator que levou ao desenvolvimento da cooperação. Transformados em pequenos proprietários, em sua maioria alfabetizados e imbuídos de um sentimento pioneiro, tão típico dos imigrantes, começaram a tomar uma série de iniciativas desconhecidas em outras regiões rurais do Brasil (PINHO, 2004).

Superar as dificuldades, como a comunicação, a falta de serviços e exploração pelos intermediários brasileiros entre os criaram laços de coesão que levaram ao surgimento de organizações comunitárias agrícola, crédito, cultura e lazer.

Devido ao grande contingente de imigrantes, nos estados do sul do Brasil, estes foram os precursores do movimento cooperativo brasileiro. No estado do Rio Grande do Sul as primeiras associações, precedidas de experiências de cooperação abrangente entre 1840 e 1895, que se multiplicaram em centenas de atividades de parceria de proteção mútua, cuidados de saúde, esportes organização, musical, atividades artísticas surgiram etc. Um exemplo de tais experiências foi a fundação em 1892 da Societa Cooperativa delle Convezioni Agricoli nas cidades Gauchas correntes de Veranópolis e Antônio Prado, dirigidos por Vicente Monteggia, o seu primeiro diretor (PINHO, 2004).

A cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, recebeu numerosas associações criadas principalmente por alemães, a fim de superar o isolamento inicial. Um exemplo disso foi o surgimento da Sociedade Alemã de Amparo Mútuo com um fundo de bem-estar obtido de numerosas associações de imigrantes germânicos (PERIUS, 2011).

No estado do Paraná o movimento pré-cooperativa mais importante ocorreu entre os franceses, que em 1847 fundou a Colonia Thereza Cristina, nas margens do Rio Ivaí, presente município de Cândido de Abreu, localizada no sul do Estado Central. Lá, os imigrantes liderados por Jean Maurice Faivre desencadearam um movimento cooperativo sob a inspiração do médico socialista utópico e admirador de Charles Fourier, Benoit J. Mure. Também no mesmo estado, a sudeste, foi estabelecido em 1890 Colônia Cecilia na presente no município de Palmeira (Figura 1), acionada pelo agrônomo Giovanni Rossi, líder de um grupo de "anarquistas" Italiano (cooperativas Organização das Paranaenses) (PERIUS, 2011).

No estado Nordeste de Santa Catarina, além da Vila da Glória, em São Francisco do Sul e da colônia belga, o imigrante francês Benoit Jules de Mure promoveu a fundação

em Palmital, município de Garuva de uma colônia de produção e Defesa do Consumidor, com as ideias de Charles Fourier. Também neste último estado, na parte oriental central, o desempenho do Padre José Maria Jacobs, alemão norte-americana tornou possível a organização de cooperativas de agricultores na região do Rio Itajaí. (PINHO, 2004).

3. DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

Embora a contribuição econômica das cooperativas seja considerável, ela é frequentemente subestimada e, às vezes, completamente ignorada.

O faturamento das 300 maiores cooperativas do mundo supera US \$ 1,6 bilhão, mais do que o PIB do Canadá. Na Argentina, 58% da eletricidade rural em 2005 foi fornecida por cooperativas. Na Colômbia, a Saludcoop, uma cooperativa de saúde, fornece serviços de saúde a 15,5% da população (ZDANOWICZ, 2010).

No Japão, 9,1 milhões de agricultores familiares são membros de cooperativas, que fornecem 257 mil empregos. Na Índia, as cooperativas atendem às necessidades de 67% das famílias rurais. Na Suíça, o maior varejista e empregador do setor privado é uma cooperativa.

Na Alemanha as cooperativas detêm 20% do mercado de depósitos e empréstimos, com uma rede expressiva de 1.230 bancos cooperativos e cooperativas, contanto com os Bancos Populares Volksbank e os Bancos Raiffeisenbank, que atuam também no modelo de livre admissão (independente da pessoa pode se associar). Atribuem a atual posição à sistêmica integrada, o fundo garantidor local e os reguladores (teto específico de valor devolvido em caso de perdas), auditoria cooperativa, governança e excelência em gestão (SCHARDONG, 2003).

Já no Canadá existe o modelo Desjardim, fundado por Alphonse Desjardim jornalista canadense percurso do cooperativismo nas Américas. O que se destaca no sucesso desde sistema é a coesão e o compromisso dos gestores com a performance e a eficiência. Existe também o sistema Credit Unions que predomina em maior território canadense.

O modelo Desjardim possui 5,6 milhões de associados e o sistema Credit Unions 5,3 milhões. Para uma melhor mensuração da abrangência, existe 73 bancos comerciais e 771 cooperativas formadas pelos modelos citados (ZDANOWICZ, 2010).

A França possui a maior dominância do cooperativismo 75% do mercado, o sistema que viabiliza isso é o Credit Agricole a maior instituição financeira cooperativa do mundo. Montando uma ideia são seus associados nove de cada dez agricultores, uma de cada três pessoas físicas e uma de cada duas empresas (ZDANOWICZ, 2010).

A Credit Agricole possui 2.522 cooperativas, o sistema Banque populaires 36 cooperativas e Credit Mutuel com 2000 cooperativas.

As virtudes do Credit Agricole é conseguir articular e concretizar a partir de bases segregadoras com princípios cooperativos, a maximização do capital orientado por modelos mercantis, ou seja, a capacidade de gerar lucro e ter princípios.

A Holanda também tem uma forte tradição cooperativa onde 36% dos seus depósitos são em cooperativas. Concentram 90% das transações agrícolas e 45% das jurídicas.

O sistema utilizado é Raffeisen a junção das mais antigas cooperativas existentes no país, por volta de 4200 cooperativas. Possuindo o Rodobank, banco cooperativo central.

Em todos os sistemas as sobras são integralmente retidas e destinadas ao fundo de reserva, o que torna as cooperativas menos dependente do capital variável detido pelos associados – que, nesta estrutura, pode ser integralizado e mantido em valores individuais bastante reduzidos. A estabilidade do patrimônio líquido decorrente da preponderância das reservas, as quais, diferentemente do capital social, não estão sujeitas a resgate, seria uma das explicações para o sucesso do cooperativismo francês. (ZDANOWICZ, 2010).

Um paradoxo entre os sistemas internacionais e o do Brasil aonde podemos destacar que no Brasil, onde a cultura da distribuição dos resultados é mais forte e as cooperativas de crédito contam com reservas proporcionalmente menores (PINHO, 2004).

A cultura do Brasil é oposta ao que esses modelos garantem ser o sucesso. O associado sonha o mesmo sonho que a cooperativa o sucesso da mesma. O escopo de quem se associa deve ser os benefícios da sua participação.

3.1. O Impulso Para Cooperativas De Crédito

Em um contexto em que o cooperativismo brasileiro fortaleceu sua participação em representações internacionais, como mostra o fato de que em 1997 um brasileiro foi eleito para presidir a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), as cooperativas de crédito deram um importante passo em direção ao seu sistema organizacional. Central e confederações foram formados a partir de três diferentes sistemas: Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), a União Sistema de Crédito do Brasil (Sicoob) e o Credit Union Sistema de Profissionais da Saúde (UNICRED).

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, o sistema de crédito foi fortalecido, mas ainda não estava completo. O Banco Nacional Cooperativo de Crédito

(BNCC), que tinha realizado todas as operações do sistema financeiro ao longo de décadas, havia sido extinta pelo governo em 1990, e as cooperativas de crédito tornou-se dependente dos bancos comerciais. Essa dependência tornou as operações do sistema mais difíceis e caras. A solução, segundo a mesma fonte, surgiu quando o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução 2.193/95, autorizando a criação de bancos cooperativos. Em 1996, o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (BANSICREDI) e em 1997, Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB).

O Bansicredi S. A, foi formada a partir das cooperativas filiadas com o centro da SICREDI, no Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional para acessar produtos e serviços bancários às cooperativas proibidos por lei e para gerenciar recursos financeiros em larga escala. Em 1999 obteve autorização para operar com crédito rural. Com essa estrutura, sua ação se expandiu para outros estados do sul do Brasil e do centro oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Com relação à criação do Banccob S.A., a aprovação de sua operação foi dada pelo Banco Central do Brasil e constituída por cinco Centros de Crédito Urbano e seis Centros de Crédito Rural de oito estados brasileiros.

Para esses dois sistemas foram associadas inúmeras cooperativas de crédito, fortalecidas em usinas e confederações.

Além do Sistema de Crédito Cooperativo do Rio Grande do Sul (SICREDI-CENTRAL) com quase 100.000 associados; Central também fundou das Cooperative Economia e Crédito Mútuo do Estado do Pará (CECRESPA), o das Cooperativa Central e Crédito Mútuo do Estado do São Paulo (CECRESP) e as Cooperativas das Crédito Nacional Associação (ANCOOP) entre outros exemplos mais.

A Resolução 2.688, de 2000, permitiu a constituição de múltiplos bancos cooperativos, o que aumentou o raio de ação destes para atender às necessidades de seus membros. Serviços foram ampliados e, portanto, um fazendeiro associado a uma cooperativa de crédito hoje pode, por exemplo, comprar seguros e empréstimos pessoais na própria cooperativa da qual ele é um parceiro, sem recorrer aos bancos "convencionais", como era anteriormente.

Em 2002, a Resolução 3958 abriu a possibilidade de formação de cooperativas de pequenos empresários, pequenas empresas e empreendedores de tamanho mínimo, de negócios responsável, industrial, natureza comercial ou de prestação de serviços, incluindo atividades nas zonas rurais, cuja renda bruta anual, no momento da associação, eram iguais ou inferiores ao limite estabelecido pela legislação vigente para

as pequenas empresas. Em 2003, a permissão para estabelecer cooperativas de livre admissão de associados é novamente dada. Ao tabular as vantagens e desvantagens de ser um associado a uma cooperativa, como as pesquisas feitas pelo SEBRAE Nacional (2017), é possível chegar a uma análise SWOT, como abaixo:

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ☐ Taxas de juros reduzidas; ☐ Rendimentos normalmente superiores aos de mercado; ☐ Atendimento diferenciado; ☐ Todos têm o mesmo poder de voto; ☐ Suporte governamental; ☐ Crédito Rural; 	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Falta de conhecimento sobre o assunto por parte da população; ☐ Instalações obsoletas; ☐ Ausência de competências básicas; ☐ Problemas operacionais internos;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ☐ Mudança de hábitos do consumidor; ☐ Surgimento de novos mercados; ☐ Possibilidade de aplicação de recursos sob a modalidade de depósitos a prazo; ☐ As taxas de juros dos créditos tomados nas cooperativas não visam ao lucro e não sofrem tributação nos resultados; ☐ Expansão do mercado; 	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Fundos Limitados; ☐ Dependência de fundos do governo; ☐ Os prejuízos verificados no decorrer do exercício, se insuficiente o fundo de reserva, devem ser rateados entre os associados na razão direta dos serviços usufruídos, facultado a compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes.

Figura 1: Análise Swot Cooperativa de Crédito
Fonte: Própria autora (2019)

Pinho e Palhares (2010) corroboram que os motivos do cooperativismo de crédito brasileiro não ter conseguido uma maior participação do movimento bancário nacional é a falta de conhecimento da população sobre o assunto, pois a “falta de informação sobre o assunto faz com que, mesmo estando presente em todo o território

nacional, ainda é pequena sua participação quando comparada bancos convencionais”.
(PINHO E PALHARES, 2010, p.78)

4. TIPOS DE COOPERATIVA DE CRÉDITO

O surgimento das Cooperativas de Crédito permitiu que o mercado financeiro apresentasse uma nova maneira de prestação de serviços competitivos, proporcionando assim benefícios a seus associados que, além de cliente são donos, usuários e fornecedores do negócio. As principais leis reguladoras das sociedades cooperativas são a Lei nº. 5.764 de 16.12.1971 que define a Política Nacional de Cooperativismo, a qual institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e oferecem outras providências, e a Resolução nº. 3.859 de 27.05.2010 que alteram e consolidam as normas relativas à constituição e ao funcionamento das cooperativas de crédito.

Entretanto, as instituições financeiras constituídas sob a forma de cooperativas de crédito submetem-se a Lei Complementar Nº 130, de 17 de abril de 2009 e com alterações no art. 2º de acordo com a Lei complementar nº 161, de 4 de janeiro de 2018

Art. 2o As cooperativas de crédito destinam-se, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro.

A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvados a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentas de remuneração.

§ 2o Ressalvado o disposto no § 1o deste artigo, é permitida a prestação de outros serviços de natureza financeira e afins a associados e a não associados.

§ 3o A concessão de créditos e garantias a integrantes de órgãos estatutários, assim como a pessoas físicas ou jurídicas que com eles mantenham relações de parentesco ou negócio, deve observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito.

§ 4o A critério da assembleia geral, os procedimentos a que se refere o § 3o deste artigo podem ser mais rigorosos, cabendo-lhe, nesse caso, a definição dos tipos de relacionamento a serem considerados para aplicação dos referidos procedimentos.

§ 5o As cooperativas de crédito, nos termos da legislação específica, poderão ter acesso a recursos oficiais para o financiamento das atividades de seus associados.

§ 6º A captação de recursos dos Municípios, prevista no

§ 7º Caso a cooperativa não atenda ao disposto no § 6º deste artigo, incorrerá nas sanções previstas na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.

§ 8º Além das hipóteses ressalvadas no § 1º deste artigo, as instituições referidas nesta Lei e os bancos por elas controlados, direta ou indiretamente, ficam autorizados a realizar a gestão das disponibilidades financeiras do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

§ 9º As operações previstas no § 1º deste artigo, correspondentes aos depósitos de governos municipais, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, somente poderão ser realizadas em Município que esteja na área de atuação da referida cooperativa de crédito.” (NR)

Os diferentes tipos de cooperativas, por suas características e pela conformação de seus membros, apresentam diferenças institucionais entre si, no tipo de administração e desenvolvimento das operações.

De acordo com o SEBRAE Nacional (2019) as cooperativas de crédito de acordo com o tipo de atividades que podem ser classificados em oito grupos, que são os seguintes:

1. Empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço de uma ou mais empresas, públicas ou privadas: Definidas no estatuto, com atividades afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico.
2. Profissionais e trabalhadores dedicados a uma ou mais profissões e atividades: Nessa categoria, estão as cooperativas de crédito de médicos, engenheiros, contadores, comerciantes e industriais segmentados (confeção de vestuário, material de construção, produtores de calçados).
3. Crédito rural: como o nome sugere são típicas das propriedades rurais de modo que suas atividades sejam limitadas aos parceiros dentro de sua localidade, região ou província, e, geralmente, suas atividades estão relacionadas com a atividade agrícola.
4. Empreendedores e empresários de pequenos negócios: Responsáveis por negócios industriais, comerciais ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural, cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.
5. Empresários de qualquer porte Participantes de empresas vinculadas direta ou indiretamente a sindicatos ou associações patronais de qualquer nível, em funcionamento no mínimo há três anos desde a constituição da cooperativa.
6. Livre admissão de associados ou cooperativas abertas: podem receber todas as pessoas físicas interessadas e quase todas as jurídicas, dentro de sua área de atuação. Não podem ser admitidas pessoas jurídicas que possam exercer concorrência com a própria cooperativa (empresas de *factoring*, por exemplo), nem a União, nem os estados, nem o Distrito Federal ou municípios.

7. Mistas: Possuem grupos de associados de diversas origens, desde que as definições sejam isoladamente enquadráveis nos itens de 1 a 5. Podem ser originadas de fusão, incorporação e continuidade do funcionamento de cooperativas singulares de crédito.

8. Luzzatti: São cooperativas criadas antes de 1999, quando o Conselho Monetário Nacional proibiu novas autorizações para esse tipo de cooperativa. Basicamente, eram cooperativas de crédito mútuo (urbanas) e com livre admissão de associados (SEBRAE, 20019).

É importante destacar que a compreensão da composição de uma cooperativa assemelha-se uma da outra, no entanto as mesmas apresentam uma classificação diferenciada de acordo com o seu foco de atuação. Na sociedade cooperativa, existem três classificações específicas conforme os objetivos e dimensões desta, classificadas como singular ou de 1º grau, central ou de federação ou de 2º grau e confederação ou de 3º grau. Também é exposto a classificação de cooperativa popular ou de trabalho, de serviço ou de mão-de-obra, centralizada e descentralizada.

5. COOPERATIVA SICREDI

O Sicredi é uma das maiores instituições financeiras cooperativas do país e está presente em 22 estados brasileiros e Distrito Federal, com mais de 25 mil colaboradores, mil e seiscentas agências e o surpreende número de 4 milhões de associados. O Sicredi tem como modelo de negócio construir uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local.

Tem como missão “valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade”.

O Banco Cooperativo Sicredi faz parte do Sistema Sicredi, um sistema de cooperativas de crédito que operam sob a mesma marca e padrão operacional. A atuação em sistema permite ganhos de escala e aumenta o potencial das cooperativas de crédito para exercer a atividade em um mercado no qual estão presentes grandes conglomerados financeiros. Suas taxas são consideradas pelo mercado financeiro como uma das mais baixas quando comparadas a outras instituições, como mostra a tabela abaixo:

TAXA	Sicredi	Banco 1	Banco 2	Banco 3
Cartão de crédito parcelado	5%	8,13%	5,70%	8,25%
Cheque especial PF	9,50%	12,53%	12,14%	12,39%
Crédito pessoal	3,81%	4,22%	5,54%	4,96%
Conta Garantida	2,23%	2,40%	4,21%	3,44%

Tabela 1: Comparação de taxas do Sicredi com três bancos de mercado com maior número de correntistas
Fonte: Própria Autora

As cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi estão distribuídas em cinco Centrais regionais, acionistas da Sicredi Participações S.A. (SicrediPar), uma Confederação, uma Fundação e um Banco Cooperativo, que controla uma Corretora de Seguros, uma Administradora de Cartões e uma Administradora de Consórcios. Esse modelo sistêmico é referência internacional de gestão, com um padrão operacional único: uma marca de abrangência nacional, com atuação regional focada no desenvolvimento local, no relacionamento e no engajamento.

Para entender melhor, abaixo é apresentado um organograma do Sicredi.

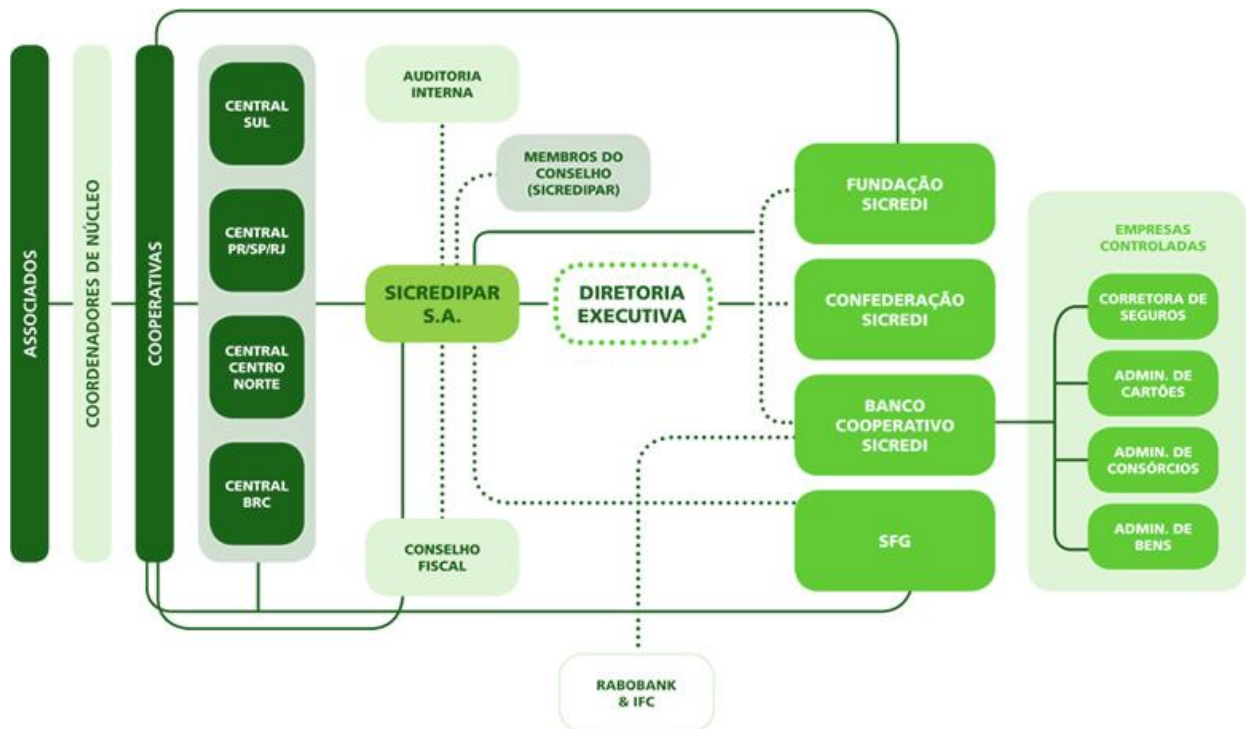


Figura 2: Organograma do Sistema Sicredi
 Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade do Sicredi (2018)

Conforme mostra a figura, os associados são os donos do Sicredi. Contam com acesso a produtos e serviços próprios de uma instituição financeira, mas possuem o poder de decidir o futuro da instituição através das Assembleias de Núcleo, sendo essas o ponto alto do modelo de gestão democrática e participativa do sistema. Em seguida vem os Coordenadores de Núcleo, que tem como missão representar os associados nas Assembleias Gerais. São os responsáveis por levar as decisões previamente votadas nas Assembleias de Núcleo.

As Cooperativas Singulares têm como objetivos estimular a formação de poupança, administrar os recursos e conceder empréstimos aos associados, além de prestar serviços próprios de uma instituição financeira convencional, por meio das agências do Sicredi.

Por sua vez, as Cooperativas Centrais Coordenam a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão.

O Sicredi Participações (SicrediPar) é uma *holding* instituída com os propósitos de controlar o Banco Cooperativo Sicredi e coordenar as decisões estratégicas do Sistema, e deve propiciar a participação direta e formal das cooperativas de crédito na gestão corporativa e, ao mesmo tempo, dar maior transparência à estrutura de governança do

Sicredi. A SicrediPar opera por meio do seu Conselho de Administração, constituído por representantes das Cooperativas Centrais e Cooperativas Singulares, que se reúne mensalmente para discutir e deliberar acerca dos temas estratégicos e sistêmicos, inclusive revisar impactos, riscos e oportunidades.

o Banco Cooperativo Sicredi tem a função intermediadora das cooperativas de crédito para acessar o mercado financeiro e programas especiais de financiamento, além de administrar em escala os recursos e desenvolver produtos corporativos. Controla a Corretora de Seguros, a Administradora de Cartões, a Administradora de Consórcios e a Administradora de Bens. É a unidade responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de risco do Sistema, o que não exime as cooperativas centrais e singulares da responsabilidade de gestão de seus riscos específicos.

Em termos de Governança, o Sicredi possui Comitês e Subcomitês de Sustentabilidade que acompanham, sugerem, monitoram, promovem e divulgam as iniciativas relacionadas à Sustentabilidade. Os participantes representam os diferentes níveis de decisão do sistema. Além disso, a sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental disciplina a responsabilidade de seus Diretores pelo gerenciamento do risco e da aplicação deste conceito em todas as esferas de participação, atuação e atendimento ao associado. A Norma Interna de Risco Socioambiental Direcionado a Crédito traz de forma específica as ações a serem tomadas pelos colaboradores do Sistema (SICREDI, 2017).

Uma política de destaque desenvolvida pelo SICREDI é o compromisso com o desenvolvimento da região que se encontra, respeitando as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias e socioambientalmente sustentáveis, voltadas ao desenvolvimento da comunidade onde está instalado. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o SICREDI investiu, em 2017, 18,9% do seu crédito à Economia Verde, resultando na melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo que reduziu significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica, tendo como principais pilares a baixa emissão de carbono, a eficiência no uso dos recursos e a inclusão social.

5.1. Vantagens De Ser Um Associado

No cooperativismo, o trabalho humano tem supremacia sobre o capital. Esse atributo adquire relevância especial no contexto da atual desaceleração econômica, causada, entre outros motivos, pela voracidade de um sistema financeiro especulativo e nem sempre honesto com seus clientes, situação que afeta as famílias com os menores recursos. Nesse contexto, as cooperativas de poupança e crédito são projetadas e consolidadas como empresas que buscam o bem comum, atingindo setores marginalizados por meio de formas de cooperação e interação socioeconômica para investimento produtivo e geração de empregos.

Quando as cooperativas de crédito aplicam a lealdade aos princípios cooperativos, elas se concentram em áreas marginalizadas e empobrecidas; gerar emprego, redistribuir riqueza e promover investimentos produtivos com baixas taxas de juros; priorizar a inclusão de jovens e mulheres e apoiar a recuperação e o crescimento do empreendedorismo em circunstâncias difíceis, causados por fatores internos, fatores externos ou desastres naturais. Além disso, eles participam de processos de cooperação entre cooperativas, conseguem expandir a cobertura de serviços, em termos geográficos e populacionais (SICREDI, 2017).

Para evitar prejuízos para seus associados, essa instituição estabelece mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais:

O Sicredi adota postura prospectiva no que diz respeito ao gerenciamento de capital, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, operando com níveis de capital excedentes aos requerimentos mínimos estipulados pela regulamentação vigente (SICREDI, 2017. p.9)

No entanto, existem também falsas cooperativas, inapropriadas por poucos, que buscam fins especulativos em detrimento do bem comum. Em cooperativas de crédito cooperativas que trabalham com autenticidade, que avançam o ser humano, tornam-se as forças motrizes e conceber soluções práticas para os problemas concretos da economia popular e solidária, praticando os princípios da solidariedade, democracia, cooperação e compromisso com a comunidade, ele CONAFIPS (Corporação Nacional de Finanças Populares e Solidárias) colocados em oito anos e meio, cerca de USD (United States

Dollar) 862 milhões, por meio de 701 mil operações, e implementou programas de treinamento e assistência técnica.

Decorrido esse tempo, a experiência marca a necessidade de desenvolver linhas de pesquisa-ação ligadas à ética, socio economia e gestão, desenvolvidas por organizações do setor financeiro popular e solidário, nascidas nas mesmas localidades, administradas por as pessoas locais e controladas pela própria comunidade. Gerar sentido de pertença, maior solidariedade e democracia são os objetivos futuros (SICREDI, 2017). As vantagens comparativas e competitivas das cooperativas são reforçadas, sobretudo, quando atuam em paralelo com mercados financeiros menos democráticos e transparentes. Tanto pessoas jurídicas, como físicas, pode se associar ao Sicredi.

5.2. Risco De Crédito

Para realizar o estudo sobre a eficiência da concessão de crédito e captação de recursos pelas cooperativas, utilizaram-se técnicas de análise estatística multivariada (AEM), sendo a principal a análise fatorial. A análise fatorial (AF) é uma técnica estatística multivariada descritiva, que faz uma síntese dos dados sem implicar a perda de informação significativa, construindo variáveis hipotéticas: os fatores, em substituição às variáveis originais, perdendo o mínimo de informação. (SICREDI, 2017).

A composição dos fatores tem critérios, onde toda amostra de variáveis mais correlacionadas assenta-se dentro do mesmo fator. As variáveis de determinado fator possuem certa independência sobre as variáveis que compõem o outro fator. A derivação dos fatores é processada no intuito de maximizar a porcentagem de variância total relativa a cada fator consecutivo. E, por fim, os fatores não se correlacionam.

O método de componentes principais é de uso mais frequente na AF, pois facilita a interpretação, minimiza o número de variáveis, evidencia as correlações com os fatores, resultando em dados mais confiáveis. Após estimação do modelo, os resultados obtidos devem ser abordados para facilitar a compreensão dos índices. O primeiro resultado é a variância total de cada variável explicada pelo conjunto de fatores, denominado comunalidade. Esta é obtida pela soma do quadrado das cargas fatoriais de cada variável, e no método dos componentes principais é sempre igual a um. Cada fator possui estimativas de valores, para as observações, denominados escores fatoriais.

O risco de crédito deve ser entendido como a possibilidade do não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos originalmente pactuados, da desvalorização, da redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumentos como consequência da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do instrumento mitigador, da reestruturação de instrumentos financeiros ou dos custos de recuperação de exposições problemáticas. Todas as operações de crédito estão expostas ao risco de crédito, tornando-se necessária a introdução de métodos, políticas, processos e monitoramentos dedicados à sua mitigação, com objetivo de manter as exposições em níveis compatíveis com o apetite a riscos do Sistema. Entre os principais fatores monitorados, destacam-se: (i) tamanho da exposição, (ii) prazo da exposição, (iii) probabilidade de inadimplência, (iv) concentração em relação a um determinado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem, associados individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos associados individuais ou grupos econômicos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país) e (v) diversificação do portfólio (SICREDI, 2017).

5.3. Política De Crédito

As instituições financeiras devem estabelecer os critérios que usarão para avaliar seus clientes e determinar o nível de risco a que estarão expostos em cada crédito. Essas políticas têm seu apoio nas estratégias aprovadas pelo conselho.

As políticas de crédito são as diretrizes técnicas disponíveis para o gerente financeiro de uma empresa, com o objetivo de conceder facilidades de pagamento a um determinado cliente. Essa política envolve a determinação da seleção de crédito, os padrões de crédito e as condições de crédito.

A política de crédito de uma empresa define o tom para determinar se o crédito deve ser concedido a um cliente e o valor do crédito. A empresa deve não apenas lidar com os padrões de crédito que estabelece, mas também com o uso correto desses padrões ao tomar decisões de crédito.

Além disso, a empresa deve desenvolver fontes adequadas de informação e métodos de análise de crédito. Cada um desses aspectos da política de crédito é importante para o gerenciamento bem-sucedido das contas a receber da empresa e, portanto, evita futuros problemas. Deve-se considerar que a implementação inadequada

de uma boa política de crédito ou a implementação bem-sucedida de uma política de crédito ruim não produzirá os melhores resultados.

Dentre os principais componentes de uma política citamos: (i) As normas legais; (ii) A definição estratégica da instituição; (iii) Os objetivos a serem alcançados; (iv) A forma de decisão e de delegação de poder; (v) Os limites de crédito; (vi) A análise de crédito; (vii) A composição e a formalização dos processos; e, (viii) A administração e o controle de crédito (SICREDI, 2017).

Ao que se refere ao processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes e associados, classificados em:

- a) Sinais de alerta: referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto, devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;
- b) Critérios Restritivos: referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;
- c) Critérios de Impedimento: referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Sistema. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente ou associado no momento da concessão e liberação do crédito;
- d) Vedados: referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a elegibilidade a crédito (SICREDI, 2017, p.52).

Ainda de acordo com a instituição, a decisão de liberação de crédito dar-se-á por meio de:

- Alçada individual: atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição;
- Comitês de crédito: alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito (SICREDI, 2017, p.54).

Para aceder ao crédito ou melhorar as condições de acesso, as empresas em geral são obrigadas a acompanhar, quase sempre. Nesse sentido, o utiliza a mitigação de crédito, recurso que utiliza garantias colaterais, garantias pessoais e derivativos de crédito, liquidando transações, estabelecendo hipotecas etc. Estas garantias cotadas, dependem da finalidade de crédito, características da operação, perfil de risco e exposição do tomador.

5.4. Sicredi Em Números

Os indicadores são basicamente divididos em 3 grupos, liquidez, rentabilidade e endividamento. O primeiro deles se concentra no capital de giro e seus elementos, isto é, analisando a capacidade da empresa de cobrir todas as suas necessidades e obrigações de curto prazo; A lucratividade, por outro lado, alude à eficiência no uso dos recursos da empresa e aos benefícios que ela trará para os investidores; essa lucratividade é de longo prazo. Endividamento é o financiamento feito por uma organização para a realização de suas atividades, que pode ser de longo ou curto prazo, dependendo primeiro do propósito para o qual foi adquirido e segundo, da capacidade de pagamento da empresa; no segundo, dados históricos sobre as operações da empresa devem ser levados em conta, para que as informações sejam mais completas (SICREDI, 2017).

Uma cooperativa busca garantir o bem-estar, a equidade e a melhoria da qualidade de vida de seus membros ou grupos que nela participam. Seu objeto de existência está centrado no interesse econômico em contribuir para o bem-estar de seus associados e demais envolvidos.

O retorno sobre os ativos é uma média da saúde financeira de uma cooperativa de poupança e crédito; em termos gerais, é o percentual aportado pelos ativos para a obtenção de lucros, no caso das cooperativas de poupança e crédito, frequentemente os itens do ativo mais representativos são as carteiras de crédito e os investimentos, contas que buscam cumprir o objeto social para o qual essas entidades foram criadas. Nas cooperativas de poupança e crédito, os ativos são financiados com passivos, e isso gera um alto custo financeiro, que é uma verdadeira ciência dos lucros que devem ser gerados para os associados (SICREDI, 2017).

O indicador de rentabilidade é interpretado, quanto maior o percentual de rentabilidade, maiores os benefícios gerados pelo ativo total, portanto, um valor maior significa uma situação que prospera para a empresa. Essa hipótese deve ser cumprida para entidades do sistema cooperativo, mas uma rentabilidade mínima baseada na essência da atividade deve sempre ser buscada nessas cooperativas e que assegure a viabilidade de longo prazo e a sustentabilidade financeira da entidade ao longo do tempo (SICREDI, 2017).

No Sicredi a participação nos excedentes quanto as perdas do exercício por parte daqueles que se retiram da cooperativa são devidamente regulamentadas. Desta forma, os conflitos são evitados e cada associado sabe com certeza quais são os seus direitos e

obrigações. Além da distribuição dos resultados, essa conta capital também recebe o pagamento de juros, sendo, portanto, duplamente recompensada. A distribuição dos resultados é feita por depósito na conta corrente do associado ou por meio de integralização na cota capital. Esse tipo de ação não ocorre em bancos convencionais.

Na contramão da crise que se instalou no Brasil nos últimos cinco anos, o Sicredi viu sua receita aumentar. Em um estudo apresentado pela própria cooperativa, seu desempenho no ano de 2017 foi o maior da sua história, fechado aquele ano com ativo de R\$ 77,3 bilhões de ativos total (crescimento de 17,3%), fortalecendo a capacidade da sua operação. Aos associados, foram R\$ 877 milhões de resultados distribuídos, como demonstra a figura abaixo:

	2017	2016	2015
Ativo total	77.309.437	65.884.842	52.506.970
Ativo			
Disponibilidades	812.722	622.658	538.690
Aplicações interfinanc. de liquidez	13.875.888	14.075.009	11.453.086
Títulos e valores mobiliários	16.375.830	13.981.481	9.263.717
Relações interfinanc. e interdepend.	1.947.901	869.253	652.703
Crédito geral	22.026.224	17.948.147	14.997.893
Crédito rural	18.193.512	15.073.791	13.045.809
Outros créditos	2.020.601	1.586.962	1.268.100
Outros valores e bens	385.740	288.036	156.461
Permanente	1.671.019	1.439.505	1.130.511
Passivo			
Depósitos	50.366.971	42.873.487	32.616.605
Captações no mercado aberto	1.535.738	1.259.019	2.137.942
Obrigações por empréstimos e repasses	8.152.453	6.959.801	6.602.145
Outros passivos	4.170.120	3.676.177	2.774.382
Patrimônio líquido	13.084.155	11.116.358	8.375.896
Resultado			
Receita intermediação financeira	10.840.263	10.702.551	8.655.183
Outras receitas operacionais	2.005.730	1.917.956	1.477.436
Despesas intermediação financeira	4.695.790	5.364.133	4.591.172
Outras despesas operacionais	5.736.600	5.236.721	4.052.353
Lucro	2.413.603	2.019.653	1.489.094
Juros sobre o capital próprio	453.083	452.726	272.853

Figura 3: Comparativo de Crescimento Sicredi 2015 a 2017.
Fonte: Relatório de Sustentabilidade Sicredi 2017

Com esse resultado, a cooperativa disponibiliza ainda mais recursos e soluções financeiras que geram valor tanto para o associado, quanto para a comunidade,

beneficiada com o aquecimento da economia local, com a geração de emprego, e com os projetos sociais realizados pelas cooperativas, uma vez que o saldo restante é distribuído entre os associados de forma equitativa, levando-se em consideração a movimentação financeira realizada pelo associado, incluindo os investimentos em poupança, o pagamento de tarifas, utilização de crédito, ou a movimentação em cada produto e serviço utilizado de forma individual na cooperativa (SICREDI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crescente participação no movimento bancário do país e com o aumento das autorizações de funcionamento concedidas às Cooperativas de Crédito pelo Banco Central, tornou-se inevitável investigar os possíveis fatores determinantes de acesso às cooperativas, visto que elas atuam similarmente aos bancos e os últimos são mais procurados

Dentro das características do setor solidário, destaca a importância do benefício coletivo, mesmo sobre a rentabilidade, já que para as cooperativas há um objetivo essencial: o bem estar de seus membros, o que fez com que essas entidades aumentassem sua credibilidade e, portanto, sua presença e crescimento no país, nesse sentido, os principais indicadores financeiros mostram um cooperativismo estável de poupança e crédito, que vem se fortalecendo patrimonialmente com resultados positivos e gerando benefícios sociais para seus membros. Essa contribuição se reflete, por exemplo, no aumento do crédito, justamente por ser um modelo alternativo que fornece necessidades de recursos em condições favoráveis para os membros.

A promoção bem-sucedida das cooperativas requer uma política de desenvolvimento cooperativo que seja consistente, clara, realista, de longo prazo e alinhada com as prioridades nacionais. Essas prioridades precisam reconhecer sua importância econômica e social, sua autonomia e sua própria identidade.

Os formuladores de políticas devem assegurar condições equitativas entre os bancos de propriedade dos clientes e os bancos de propriedade dos investidores e garantir que as novas regulamentações bancárias não representem uma desvantagem para o setor. Eles também devem assegurar que a legislação atual e as práticas administrativas (procedimentos de registro, políticas fiscais, normas contábeis etc.) não impedem o desenvolvimento e o crescimento das cooperativas.

Sem o crédito das cooperativas, seria ainda mais difícil manter ou criar os empregos necessários e garantir que as empresas continuassem à tona.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Paulo S. A. **Cooperativismo: a filosofia cooperativista e o cooperativismo na Brasil e no mundo**. Cop. Editora. Rio de Janeiro: 2002.

FONSECA, Reinaldo A. et al. **A importância das cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento regional: um estudo na SICOOB CREDICAMPO**. 2008. Disponível em: <http://www.convibra.org/2009/artigos/198_0.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PERIUS, Virgílio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2001.

PINHEIRO, Marco Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução normativa no Brasil** - 6. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acessado em: 02 jul. 2019.

PINHO, Diva Benevides. **Administração de cooperativas. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, Diva Benevides. PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. **O cooperativismo de Crédito no Brasil – do século XX ao século XXI**. Brasília: Confedbras, 2010.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. 2 ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Manual de orientação para a constituição e registro de cooperativas**. Brasília: SESCOOP, 2003. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/lab18/Meus%20documentos/Downloads/20090708102811_manual_de_orientacao.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SICREDI. **Gerenciamento de Riscos - Pilar III**. Disponível em: [https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/relatorios/arquivos/gerenciamento-de-riscos---pilar-3-\(2t18\)-vf.pdf](https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/relatorios/arquivos/gerenciamento-de-riscos---pilar-3-(2t18)-vf.pdf). Acessado em: 02 jul. 2019.

SICREDI. **Relatório de Sustentabilidade 2.017**. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/sustentabilidade/arquivo/relato%C2%B4rio-de-sustentabilidade-sicredi-2017.pdf>. Acessado em: 02 jul. 2019.

SINGER, Paul. SOUZA, André R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Tipos de Cooperativas. **Conheça os tipos de cooperativa de crédito e suas principais operações**: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-os-tipos-de-cooperativas-de-credito,f8ee438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD?origem=tema&codTema=1>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas de produção, consumo, crédito e demais sociedades**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.